



A necessidade do reequipamento das Forças Armadas: o exemplo do *caso Panther*

Renato Amado Peixoto*

RESUMO

Usando como exemplo o *caso Panther*, incidente criado por uma canhoneira alemã no sul do País no início do século XX, o artigo procura demonstrar a necessidade de um constante investimento na modernização e reequipamento das Forças Armadas. Através desse episódio, procura relacionar as questões das políticas externa e interna e demonstrar que as expectativas dos atores envolvidos podem ser muitas vezes ultrapassadas por problemas transversais fora do controle das estratégias convencionais, conjugando problemas relacionados tanto à competição na política externa brasileira quanto à projeção de poder das grandes potências.

PALAVRAS-CHAVE

Forças Armadas, defesa, reequipamento.

No dia 6 de dezembro de 1905, os jornais do Rio de Janeiro noticiaram que, na semana anterior, em Itajaí, Santa Catarina, militares alemães haviam desembarcado de um navio de guerra à procura de um desertor e, a seguir, haviam cometido várias violências, dentre as quais, rapto, invasão de residências e prática de tortura em cidadãos brasileiros. Em face do ocorrido, a imprensa exigia, do governo de Berlim, a retratação

completa dos atos ocorridos, ao mesmo tempo em que insistia na existência do chamado *perigo alemão*, isto é, a possibilidade de os colonos germânicos estabelecidos nos estados do sul se separarem do resto do país. A mobilização popular que se seguiria, inclusive através de manifestações no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Rio Grande contra a *prepotência germânica*, levou o governo brasileiro a realizar o maior deslocamento de forças militares desde a Guer-

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor de Relações Internacionais.

ra do Paraguai e, inclusive, a declarar um *ultimatum* à então maior potência militar do planeta. Esse episódio seria conhecido, ainda na época, como o *Caso Panther*, em referência à canhoneira alemã causadora do incidente, já então tristemente célebre pelas intervenções militares nas quais se envolvera no Caribe.¹ Naquela ocasião, a *Panther* era um barco moderno, armado conforme a sua categoria, com excelente raio de ação e possuindo uma tripulação bastante experiente. Ainda que existam controvérsias quanto ao real valor militar da *Panther* e à ameaça que poderia representar para a Marinha brasileira, é necessário ressaltar que, na época, a imprensa destacava mais o aspecto simbólico do incidente, isto é, o ultraje à soberania nacional, do que o aspecto militar.²

A *Panther* cumpria então um roteiro pelas comunidades alemãs do sul do continente e, portanto, o sul do Brasil era escala de sua Comissão rumo a Montevidéu e Buenos Aires. Assim, entre os dias 17 e 27 de novembro de 1905, estava fundeada em Itajaí para prestar homenagem à colônia alemã ali residente, quando um marinheiro de sua equipagem, de nome Hassmann, não teria retornado ao barco. O coman-

dante da canhoneira, suspeitando da cumplicidade local, ordenou que um grupo de busca fosse à cidade e procedesse a interrogatórios e prisões, dos quais seria vítima, inclusive, um familiar do então Ministro da Indústria, Lauro Müller.³ As atividades daqueles militares resultariam ainda no espancamento de um emigrante alemão, de nome Steinhoff, residente na cidade catarinense, acusado de ter facilitado a fuga de Hassmann. Após essas ações, o tripulante desertor retornou espontaneamente, e a canhoneira seguiu viagem para Florianópolis, onde também estacionaria de 20 de novembro até 4 de dezembro, rumando depois para a cidade de Rio Grande, aonde chegaria entre seis e sete daquele mês.⁴ Portanto, quando os jornais do Rio de Janeiro publicaram o incidente, a *Panther* já estava se dirigindo ao porto gaúcho. Segundo a versão da imprensa, Steinhoff havia sido raptado em virtude de ser um conhecido militante socialista, que havia emigrado de Bremen para o Brasil. Desse modo, a investida alemã, além de ter ferido a soberania nacional, poderia já ter sido planejada anteriormente, o que a revestia das características de um *affair* político: um caso inequívoco de seqüestro de um opositor do

¹ A Canhoneira *Panther* encontrava-se destacada para a América pelo menos desde 1902 e participou da intervenção alemã no Haiti e do bloqueio anglo-germânico à Venezuela. Mais tarde, em 1911, a *Panther* quase que precipitaria a Primeira Guerra Mundial ao ser o pivô da chamada *Crise de Agadir* entre Alemanha, Inglaterra e França.

² Segundo José Joffily, a artilharia da *Panther* a equiparia a um couraçado. (Joffily, José. 1988. *O Caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora). Segundo Lauro Mendonça, esse barco seria apenas uma canhoneira de pequenas dimensões, com armamento razoável e velocidade reduzida para um vaso de guerra, sendo, portanto, eficiente apenas contra navios quase desarmados como os do Haiti e da Venezuela. (Mendonça, Lauro Nogueira Furtado de. Jan./Mar. e Abr./Jun. 1992. A Diplomacia das Canhoneiras e o Brasil, *Revista Marítima Brasileira*, 112 [1/3 e 4/6], 179-188). Embora realmente pareça haver uma superestimação do valor da *Panther* em Joffily, Mendonça incorre no erro de mal avaliar a capacidade combatida do armamento brasileiro. Ainda que o autor enumere quatro barcos capazes de afundar a *Panther* (o *Barroso*, o *Floriano*, o *Riachuelo* e o *Aquidabã*) o estado de conservação desses barcos era bastante precário à época, contando ainda com sérios problemas relativos à equipagem e à logística necessária para mantê-los em operação de guerra no extremo sul do País.

³ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (08/01/1906).

⁴ *Jornal do Commercio* (08/12/1905).

regime germânico que se encontrava residindo, legalmente, no Brasil.

Na realidade, a questão envolvia outros aspectos: o Império Alemão, então a maior potência industrial e militar do mundo,⁵ por conta da estratégia da política externa de Bismarck, que privilegiava o espaço europeu, havia ficado na retaguarda da corrida imperialista. Assim, após a queda do velho Chanceler, seria incentivada uma enorme ofensiva comercial aos mercados não dominados diretamente pelas outras potências. No caso específico do Brasil, na época, a Alemanha acabara de conquistar o segundo lugar na participação do comércio exterior brasileiro, pouco abaixo da norte-americana. Reagindo contra essas iniciativas, a imprensa dos Estados Unidos e, em menor escala, a da França, já no início do século, propagandeava a suposta pretensão germânica de apoderar-se de território no sul do Brasil,⁶ baseada na preponderância de colonos alemães na região (em 1907 os imigrantes alemães equivaliam a 2% de toda população brasileira), os quais haviam sido introduzidos ali através do incentivo do próprio governo brasileiro, que pretendia consolidar sua presença no território, em virtude da disputa trava-

da então com a Argentina, e com a vontade de *branquear* a população.⁷

Quando ainda era apenas o representante do Brasil em Berlim, Rio Branco, em entrevista com o Imperador Guilherme II, já atribuía essa propaganda diretamente ao *New York Herald* e a outros jornais norte-americanos que manipulariam a opinião pública brasileira contra a Alemanha.⁸ Ao assumir o ministério, uma das vertentes da sua política externa seria o incentivo às relações com aquele país, para que se tornassem um contraponto à crescente influência norte-americana sobre o Brasil. Especificamente, o Chanceler manobraría para acertar formalmente um convênio que permitisse o ingresso de militares brasileiros nas Forças Armadas alemãs através de estágio. A exemplo do que ocorria então no Japão e no Chile, Rio Branco intentava constituir, no interior das Forças Armadas brasileiras, uma elite profissional que lhe possibilitasse a modernização e transformação através da importação de conceitos estratégicos da doutrina militar germânica e da incorporação do equipamento militar mais moderno da época.⁹ Solicitado oficialmente, em março de 1905, por um período de dois

⁵ A Alemanha ultrapassara a Inglaterra em virtude das características inerentes a seu processo de industrialização, especialmente a ênfase na eletricidade, na química e no transporte. A esse respeito ver Landes, David S. (1994). *Prometeu desacorrendado - transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

⁶ Na sua maior parte as acusações eram desprovidas de fundamento, embora houvesse indivíduos dispostos a essa aventura. Veja-se por exemplo: Mendonça, Lauro Nogueira Furtado de. (Out./Nov./Dez. 1986). *A imprevista viagem do Comandante Benjamim de Mello*, Revista Marítima Brasileira, 107 (10/12), 17-24.

⁷ Existia, dentre parte das elites políticas, a intenção de diminuir a percentagem da população negra no Brasil, seguindo teorias raciais em voga na época. Em relação à presença alemã ver: Bandeira, Moniz. (1994). *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Editora Ensaio, 30-31.

⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Barão do Rio Branco, lata 854, Maço 1, Pasta 2, Relato do encontro entre Rio Branco e o Imperador Guilherme II em Berlim, manuscrito. (31/05/1901).

⁹ Os problemas de fronteira e as relações com a Argentina estimularam essa percepção que se lastreava nas transformações que os convênios com o Exército alemão estavam operando nos outros dois países. AHI 203.2.10, Telegrama da Legação em Berlim para Rio Branco (05/04/1905).

anos,¹⁰ o estágio foi concedido extraordinariamente pelo próprio Imperador Guilherme II – sinalizando a importância que as relações com o Brasil possuíam para a Alemanha – porém, em caráter precário.¹¹ Ora, tais condições fizeram com que, sete meses depois, coincidentemente no auge da crise da *Panther*, fosse necessário cuidar da renovação e da oficialização do estágio do primeiro grupo de oficiais brasileiros.

Embora tivesse conhecimento, desde 10 de dezembro de 1905, que Steinhoff não fora preso nem nunca estivera a bordo da *Panther*,¹² Rio Branco seria enredado pela campanha da imprensa que, invocando o nacionalismo e a defesa da soberania, era dirigida tanto pela oposição oligárquica ao Governo quanto pelos interesses comerciais deslocados pela concorrência germânica. A campanha, uma vez detonada, havia contagiado rapidamente todos os órgãos da imprensa, os quais exigiam reparações à altura do ultraje sofrido pela soberania brasileira – satisfações essas que a Alemanha de modo algum estava acostumada ou disposta a dar. Ciente disto, e acuado pela mobilização popular, o Itamaraty havia oferecido à Chancelaria alemã uma fórmula de declaração que desejaria fosse feita como ato espontâneo

daquele governo, a fim de evitar que os fatos pudessem evoluir para o rompimento de relações entre os dois países.¹³ Mas, diante do silêncio alemão, e sob crescente pressão popular, Rio Branco concordou em enviar uma Divisão Naval ao encontro da *Panther*, sendo os Cruzadores *Barroso*, *Benjamim Constant* e *Tamandaré* os primeiros navios de guerra a receberem ordem de saída em direção ao sul do país.¹⁴

Entretanto, seria a partir desse momento que se tornaria patente o estado das Forças Armadas brasileiras e, a partir do desafio militar que um só barco poderia representar. O *Barroso*, considerado então como o melhor barco da Marinha, normalmente arvorando a insígnia de seu Ministro, não seria considerado capaz de enfrentar sozinho um barco bem menor, provavelmente em reflexo não só das condições de sua equipagem, mas também de sua manutenção.¹⁵ A urgência prometida por Rio Branco não encontraria respaldo no material militar: os únicos navios que poderiam ser designados para acompanhar o *Barroso* em tempo hábil eram dois navios-escola: o *Benjamim Constant*, que havia chegado há apenas cinco dias de uma longa viagem de instrução,¹⁶ e o *Tamandaré*, um barco de construção nacional e

¹⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco a Legação em Berlim (29/03/1905).

¹¹ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.2.10, Telegrama da Legação em Berlim para Rio Branco (17/05/1905).

¹² Na realidade, durante todo o tempo, Steinhoff se encontrava em Buenos Aires. Arquivo Histórico do Itamaraty 203.2.10, Telegrama da Legação em Berlim para Rio Branco, (10/12/1905).

¹³ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco a Legação em Berlim (06/12/1905).

¹⁴ A Notícia, A Tribuna, A União, Correio da Manhã (8/12/1905).

¹⁵ Alencar, Alexandrino Faria de. (1907). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1907* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha. Quanto ao estado do pessoal da Marinha e sua situação quando da reforma militar de Rio Branco, ver: Peixoto, Renato Amado. (2000). *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ.

¹⁶ Alencar, Alexandrino Faria de. (1907). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1907* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha.

que era notoriamente problemático, com graves deficiências estruturais advindas do projeto de construção.¹⁷ O próprio *Barroso*, assim como o *Floriano*, logo depois também designado para a Divisão Naval, encontrava-se na época deslocado de sua base, em virtude de outra urgência que fora a revolta da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.¹⁸

Com a escalada militar, a possibilidade de confronto com o barco alemão passava a ser grande, ainda mais que a campanha da imprensa pressionava o Governo a deslocar seguidamente mais barcos para a operação naval, eufemisticamente designada como um *exercício naval*: a continuidade da pressão popular colocaria praticamente todos os barcos úteis da Marinha brasileira no encaço da *Panther*. Após o *Barroso* ter rumado para o sul no próprio dia oito e os navios-escola no final da tarde de 9 de dezembro, os encouraçados *Floriano* e *Deodoro* seriam também designados a se juntar a eles, sendo que o último navegaria preventivamente sob o comando do Almirante Alexandrino, homem de absoluta confiança de Rio Branco, o mesmo que anteriormente havia sido designado para comandar a Divisão Naval enviada à Amazônia durante a crise

com o Peru.¹⁹ Os dois últimos barcos somente puderam partir do Rio de Janeiro nos dias 12 e 18 de dezembro, respectivamente,²⁰ portanto após o Itamaraty ter tomado conhecimento que a *Panther* não levava Steinhoff a bordo.

Diante da gravidade da situação política, a qual impunha uma solução rápida do problema, inclusive a fim de manter a estabilidade do Governo, Rio Branco utilizaria Joaquim Nabuco, representante do Brasil nos Estados Unidos, e as boas relações que este mantinha nos altos escalões do governo norte-americano, para provocar uma intervenção informal de Washington: o Chanceler ordenou que Nabuco estimulasse na imprensa americana artigos e reações baseadas na Doutrina Monroe e informava que iria reclamar ao governo alemão a entrega do suposto preso. Caso esta fosse negada, seria utilizada a força, inclusive considerando o afundamento da *Panther* e uma subsequente guerra.²¹

Portanto, para Joaquim Nabuco, conforme a comunicação recebida, a possibilidade de um enfrentamento com a principal potência do globo era material e palpável. Assim, uma das primeiras iniciativas do embaixador seria informar o Departamento de Estado americano que os

¹⁷ Duvidava-se, inclusive, da capacidade do Tamandaré empreender longos cursos. Noronha, Júlio César de. (1905). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1905* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha. Quanto à construção do Tamandaré e seus problemas, ver Telles, Pedro C. da Silva. *História da construção naval no Brasil* (Parte II). *Revista Marítima Brasileira*. 118. (1/3). 109: Rio de Janeiro, 1998.

¹⁸ Noronha, Júlio César de. (1905). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1905* Rio de Janeiro: Ministério da Marinha.

¹⁹ O Paiz, (09/12/1905), *Gazeta de Notícias* (10/12/1905).

²⁰ SDGM/Marinha do Brasil, *Livro de Quartos do Encouraçado Floriano*.(1903-1906). O encouraçado Floriano ficara retido no porto até o dia 12 para 13, provavelmente em função de problemas nas máquinas. No quadro do material flutuante de 31 de dezembro de 1906, consta na seção dedicada ao estado do couraçado Floriano que este estava precisando substituir toda a tubulação das caldeiras. Alencar, Alexandrino Faria de. (1907). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1907*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha.

²¹ Arquivo Histórico do Itamaraty 235.3.22, Telegrama de Rio Branco a Joaquim Nabuco (08/12/1905).

cruzadores brasileiros haviam saído no encalço da *Panther* e que essas providências poderiam resultar no afundamento da *Panther*, o que significaria a guerra com a Alemanha. Em 11 de dezembro, Joaquim Nabuco receberia uma carta do Secretário de Estado americano relatando seu encontro com o representante alemão e confirmando que esse país apresentaria desculpas formais pelo incidente.²² Mesmo assim, Rio Branco insistiria, continuaria alertando a Legação em Berlim sobre a possibilidade de virem a ser cortadas as relações entre os dois países,²³ provavelmente angustiado pela possibilidade de o *Barroso*, efetivamente o único navio de guerra a conseguir alcançar a barra da cidade de Rio Grande, pudesse ainda ter tempo de se engajar com a *Panther*. Mas, por sorte, ainda que o *Barroso* tivesse conseguido encontrar aquele barco e bloquear o porto, teve que abandonar a ação em virtude da falta de combustível²⁴ - os outros barcos brasileiros haviam se limitado a fundear em Florianópolis onde, praticamente, se tornaram inoperantes em virtude das péssimas condições encontradas.²⁵

Enquanto as chancelarias praticamente teriam o caso por encerrado, restando tão somente a entrega de uma nota de desculpas pelo Governo alemão, a imprensa continuaria alimentando o incidente e explorando os ressentimentos contra os imigrantes alemães. A nota seria redigida pra-

ticamente a quatro mãos, por Treutler, representante germânico no Rio de Janeiro, e Rio Branco. O Chanceler seria obrigado a abandonar sua residência em Petrópolis para residir momentaneamente no Rio de Janeiro, evitando assim que a insatisfação popular criasse outro problema diplomático, já que a oposição havia redobrado os ataques, depois de divulgado pela imprensa que a Marinha alemã não demitiria ou censuraria o comandante da *Panther*,²⁶ conforme Rio Branco, num arroubo de eloquência, dissera ter exigido da chancelaria alemã (aquele militar seria mesmo promovido logo após o episódio, evento este que se conseguiu evitar que chegasse ao conhecimento popular, mas que era sabido pelo Itamaraty). Ainda que a Alemanha julgasse a nota que havia expedido como a mais completa satisfação já oferecida a qualquer outro país, da imprensa somente *O Paiz e o Jornal do Commercio* considerariam satisfatória a solução do caso *Panther*: todos os outros periódicos manifestaram a sua desaprovação, o que obrigaria o governo a ter de trabalhar a opinião pública - sobreexcitada pela agitação nacionalista que se processou - numa campanha de imprensa dirigida pelo próprio Rio Branco durante quatro dias.²⁷ Na Alemanha também houve várias censuras às atitudes de Rio Branco, o que, entretanto, não abalou a aproximação levada a cabo pelas duas chancelarias²⁸. Dentre suas

²² Arquivo Histórico do Itamaraty 235.2.14, Ofício da Embaixada do Brasil em Washington (16/12/1905).

²³ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (12/12/1905).

²⁴ Correio da Manhã e Jornal do Commercio (17/12/1905).

²⁵ *Livro de Quartos do Encouraçado Floriano*. (1903-1906). SDM/Marinha do Brasil. O *Floriano* permaneceu em Florianópolis até pelo menos o início de fevereiro.

²⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegramas de Rio Branco para a Legação em Berlim (07/01/1906 e 09/01/1906).

²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (14/01/1906).

²⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty 203.3.1, Telegrama de Rio Branco para a Legação em Berlim (10/01/1906).

várias conseqüências para a época, o caso *Panther* demonstraria às elites brasileiras a necessidade do reaparelhamento militar, em face da demonstração da vulnerabilidade brasileira a uma agressão extracontinental, o que abriria caminho às reformas militares empreendidas sob a inspiração de Rio Branco, especialmente quanto à aquisição dos *Dreadnoughts*.

A importância da condução do processo político por Rio Branco, ainda que consideradas as condições políticas excepcionais e o fato de ser, ele mesmo, um ator político de rara magnitude, não dei-

xam de revelar e demonstrar a vulnerabilidade de uma nação que não possui um material militar à altura de suas necessidades potenciais. Existiu o risco de que uma guerra pudesse ter sido detonada em uma situação de inferioridade ou risco militar, ou ainda por força da política interna, alvo da influência e das pressões externas. O poder militar é parte integrante do processo de condução da política externa e de garantia da estabilidade nacional, dissuasor de pretensões reais ou imaginárias, mas que, para tanto, precisa de cuidados e investimentos constantes. ☉

FONTES E BIBLIOGRAFIA

• FONTES:

Arquivos: Arquivo da Marinha; Arquivo Histórico do Itamaraty

Periódicos: A Notícia; A Tribuna; A União; Correio da Manhã; Gazeta de Notícias; Jornal do Commercio; O Paiz e O Povo.

• BIBLIOGRAFIA:

- BANDEIRA, Moniz. (1994). *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Editora Ensaio.
- JOFFILY, José. (1988). *O Caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora. (1ª Edição).
- MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. *A Diplomacia das Canhoneiras e o Brasil*. Revista Marítima Brasileira. 112. (1/3 e 4/6). 179-188: Rio de Janeiro, Jan./Mar. e Abr./Jun. 1992
- . *A imprevista viagem do Comandante Benjamim de Mello*. Revista Marítima Brasileira. 107. (10/12). 17-24: Rio de Janeiro, Out./Nov./Dez. 1986.
- PEIXOTO, Renato Amado. (2000). *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do Governo Castello Branco*. UERJ.
- TELLES, Pedro C. da Silva. *História da construção naval no Brasil (Parte II)*. Revista Marítima Brasileira. 118. (1/3). 109: Rio de Janeiro, 1998.